



4^o CONGRESSO UnB
DE CONTABILIDADE
E GOVERNANÇA

1^o Congresso de
Iniciação Científica
CCGUnB^{IC}

De 28 a 30 de Novembro de 2018 - BRASÍLIA, DF

Relato Integrado e a Divulgação das Informações Não Financeiras das Empresas Brasileiras do Projeto Piloto

Aline Christina Teixeira

Mestranda em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Goiás
Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas - Universidade Federal de Goiás
Rua Samambaia, s/n - Campus Samambaia, Goiânia - GO, 74001-970.
E-mail: aline.teixeira06@gmail.com - Telefone: (62) 3521-1390

Ilirio José Rech

Doutor em Controladoria e Contabilidade pela FEA/USP
Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas - Universidade Federal de Goiás
Rua Samambaia, s/n - Campus Samambaia, Goiânia - GO, 74001-970
E-mail: ilirio@usp.br - Telefone: (62) 3521-1390

Ercílio Zanolla

Doutor em Ciências Contábeis pelo Programa Multi-Institucional entre UNB/UFRN/UFPB
Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas - Universidade Federal de Goiás
Rua Samambaia, s/n - Campus Samambaia, Goiânia - GO, 74001-970
E-mail: erciliozanolla@hotmail.com - Telefone: (62) 3521-1390

Marcia Helena de Andrade Couto

Mestranda em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Goiás
Universidade Estadual de Goiás – Professora no curso de Ciências Contábeis – UEG
Rua QR 24, Qd 17 Lt 03 – Setor Quinta dos Riantes – Cep: 76.330-000 – Jaraguá-GO
E-mail: marciahandrade@hotmail.com - Telefone: (62) 3326-6052

Resumo

Algumas organizações estão divulgando informações não financeiras conforme as exigências dos *stakeholders*. Uma das formas usadas para tal divulgação é o Relato Integrado que tem o objetivo de otimizar as informações financeiras e não financeiras divulgadas pelas organizações. Esse estudo tem o objetivo de averiguar se houve mudanças na evidenciação das informações não financeiras após a aprovação da Estrutura Internacional do Relato Integrado. Para isso o estudo pretende analisar a evolução do nível de *disclosure* de informações não financeiras das empresas participantes do Projeto Piloto do IIRC. Para responder a pesquisa foi utilizada metodologia descritiva para analisar o Índice de Divulgação (ID) dos indicadores-chave de desempenho (KPIs) pelas empresas nos períodos entre 2013 e 2016. Em geral os resultados apontaram que não houve crescimento nos níveis de *disclosure* nas informações não financeiras no período analisado, principalmente no ano de 2014 quando houve a implantação da Estrutura Internacional do Relato Integrado. Em média os níveis de divulgação se caracterizam em insatisfatório para os capitais natural, humano e intelectual e satisfatório para o capital social e de relacionamento. Assim, este estudo contribui sobre a evolução e o impacto da Estrutura Internacional do Relato Integrado nos relatórios corporativos.

Palavras-chave: Relato Integrado, Capitais Não Financeiros, *Disclosure* Voluntário.

Método de Pesquisa: Met 3 – Arquivo/Banco de Dados

Área do Conhecimento da Pesquisa: AT 8 – Contabilidade e Sociedade



UnB | FACE

Departamento de
Ciências Contábeis e Atuariais



1 Introdução

Até a década de 1980, os relatórios corporativos eram preponderantemente de informações financeiras. No entanto, com a era da informação as empresas inseriram a sustentabilidade no âmbito corporativo, divulgando os relatórios de sustentabilidade pareados aos relatórios contábil-financeiros (Carvalho, 2013; Jensen & Bergen, 2012). As organizações foram demandadas a justificar suas ações, práticas de responsabilidade social corporativa e a divulgarem informações de natureza não econômica conforme as exigências dos *stakeholders*. Assim, algumas organizações passaram a divulgar informações voluntariamente através de relatórios corporativos, motivadas pela expectativa dessas informações influenciarem no valor da organização (Daub, 2007; Oliveira, Araújo Junior, Oliveira, & Ponte, 2012; Seabra, 2015).

A dicotomia na publicação de relatórios de sustentabilidade e relatórios contábeis-financeiros promoveram a não harmonização das informações evidenciadas, possibilitando assim, divergências entre as informações financeiras e não financeiras de algumas empresas com interferência negativa no propósito de comunicação das organizações (Eccles & Krzus, 2011; International Integrated Reporting Council [IIRC], 2011; Carvalho, 2013).

A incongruência das informações pode ser explicada pela falta de comunicação entre as áreas responsáveis pela produção dos relatórios. Nesse diapasão verifica-se que os relatórios contábeis seguem parâmetros e conceitos provenientes de normalizadores para os relatórios contábeis. Já para os relatórios de sustentabilidade, tal situação é inexistente, isto é, não há diretrizes claras para a sua elaboração (Adams & Simnett, 2011; Carvalho, 2013). Essa incongruência é destacada por Carvalho (2013) que afirma que “o relatório de sustentabilidade traçava um quadro extremamente róseo do desempenho da organização, que era parcialmente desmentido pelos passivos exigíveis ou contingências apontadas nos relatórios financeiros”.

Na tentativa de superar tal incongruência, foi publicado em 2013 a primeira versão da Estrutura Internacional com princípios básicos e elementos de conteúdo para orientar o conteúdo geral de um Relato Integrado e explanar os conceitos fundamentais. Para validação empírica foi criado o Projeto Piloto com empresas voluntárias com o intuito de elaborar e divulgar os relatórios conforme as orientações e diretrizes apresentadas pelo IIRC promovendo a na evolução dos relatórios corporativos. O processo de implantação do Relato Integrado aconteceu em 2014 com a participação de doze empresas brasileiras (IIRC, 2013c, 2014; Kussaba, 2015; Maciel, 2015).

Desta maneira o estudo pretende averiguar se houve mudanças na evidenciação das informações não financeiras com a criação da Estrutura Internacional do Relato Integrado. Tendo o propósito de responder a seguinte pergunta: Qual a evolução do nível de *disclosure* de informações não financeiras das empresas participantes do Projeto Piloto do IIRC no Relato Integrado? Para alcançar o objetivo foi analisado o Relato Integrado divulgado pelas empresas participantes do Projeto Piloto no período de 2013 a 2016.

Assim, o estudo desse período possibilita a análise da influência da divulgação da Estrutura Internacional do Relato Integrado nos relatórios corporativos não financeiros, como também a evolução nos períodos subsequentes. O período é iniciado em 2013, devido a primeira publicação dos relatórios seguindo as diretrizes da Estrutura Internacional aconteceu em 2014, logo possibilitando analisar os relatórios publicados anteriormente a Estrutura Internacional. Limitou-se ao ano de 2016 devido ao fato no período da coleta de dados não houver a divulgação dos relatórios referentes ao ano 2017 por todas as empresas analisadas no



estudo. As empresas participantes do Projeto Piloto são consideradas pioneiras na implantação dos relatórios corporativos e a participação na elaboração da Estrutura Internacional do Relato Integrado (IIRC, 2011).

O presente estudo está fundamentado na categoria de divulgação baseada em julgamento, conhecida como Teoria do *Disclosure* Voluntário (Salotti & Yamamoto, 2005), pois o objetivo do estudo é analisar o comportamento e evolução da divulgação voluntária de informações não financeiras nos relatórios corporativos. Os resultados do estudo contribuem para a compreensão se o Relato Integrado está modificando a maneira de divulgação dos relatórios corporativos e a coerência do conteúdo do longo do relatório. Dessa forma o estudo contribui na busca do aperfeiçoamento dos relatórios podendo beneficiar tanto as empresas quanto os *stakeholders* envolvidos interessados nas informações não financeiras.

Este estudo foi dividido em cinco partes, incluindo a introdução. A segunda parte apresenta o referencial teórico, a terceira parte a descrição dos procedimentos metodológicos, a quarta parte a apresentação e análise dos resultados e a quinta parte apresenta as considerações finais.

2 Referencial Teórico

2.1 Relato Integrado como forma de *Disclosure* Voluntário

No contexto que as organizações estão inseridas no mercado, a divulgação voluntária passaram a complementar a divulgação obrigatória, sendo que as evidências apontam para um equilíbrio entre elas (Bertomeu & Magee, 2015). O nível de *disclosure* voluntário tende a ser maior nas organizações que possuem um comprometimento com a sustentabilidade. Nesse caso pode ser visto como uma forma de garantir a legitimidade das atividades corporativas e o desenvolvimento positivo da imagem da organização (Gray & Bebbington, 2000; Girão, Silva, & Silva, 2017).

Para Verrecchia (2001) inexistente uma teoria da divulgação abrangente ou unificada. No entanto, Dye (2001) reconhece a existência da teoria, caracterizada excepcionalmente pela teoria dos jogos, com fundamento na premissa que os administradores divulgarão somente as informações favoráveis sobre a empresa.

Os estudos nacionais desenvolvidos sobre o *disclosure* voluntário, Cunha e Ribeiro (2006), Salotti e Yamamoto (2008), Murcia e Santos (2009), Silva, Alberton, e Vicente (2012), Novelini e Fregonesi (2013), Silva, Slewinski, Sanches, e Moraes (2015); Girão, Silva, e Silva (2017), adotam as contribuições de Verrecchia (2001) sobre a divulgação de informações corporativas. Verrecchia (2001) categorizou o *disclosure* voluntário em três classes: divulgação baseada em associação, divulgação baseada em julgamento e divulgação baseada na eficiência, tais são explanados na Tabela 1.

Tabela 1

Classificação do *Disclosure* Voluntário

Tipo de Divulgação	Descrição
Divulgação baseada em associação	Relacionada aos efeitos da divulgação nas ações do agente durante o evento da divulgação, isto é, o estudo da repercussão da divulgação exógena nas variáveis de mercado, principalmente por meio do comportamento do preço das ações



Continuação - Tabela 1

Classificação do Disclosure Voluntário

Tipo de Divulgação	Descrição
Divulgação baseada em julgamento	Relacionada a identificação dos motivos de decisão do gestor em divulgar determinadas informações focando no impacto no mercado em que a empresa está inserida. Essa categoria é considerada um processo endógeno, caracterizada pela: seleção adversa e presença de custos de divulgação
Divulgação baseada na eficiência	Relacionada a decisão antecipada (<i>ex-ante</i>) de arranjos de <i>disclosure</i> eficiente adotada na ausência de conhecimento prévio das informações, ou seja, as estratégias de divulgação são preferidas incondicionalmente

Fonte: Baseado no estudo de Verrecchia (2001)

O Relato Integrado está na categoria de divulgação baseada em julgamento em que constitui uma visão de divulgar os relatórios corporativos, tendo o objetivo de explicar aos provedores de capital financeiro como a organização gera valor ao decorrer do tempo, fornecendo informações de forma monetária ou narrativa e sendo referência para outras comunicações corporativas (IIRC, 2013 como citado em Dumay, Bernardi, Gutrie, & Dermatini, 2016; IIRC, 2014).

De acordo com o IIRC (2014), a Estrutura Internacional tem o propósito de estabelecer princípios básicos e elementos de conteúdo para explicar os conceitos fundamentais e orientar o conteúdo geral do Relato Integrado. Os princípios básicos na preparação e apresentação do Relato Integrado, adotados na estruturação e o conteúdo das informações, são: foco estratégico e orientação para o futuro, conectividade da informação, relações com partes relacionadas, materialidade, concisão, confiabilidade e completude e coerência e comparabilidade (IIRC, 2014).

Os elementos de conteúdo são dependentes entre si e não podem ser mutuamente excluídos, são: visão geral organizacional e ambiente externo, governança, modelo de negócios, riscos e oportunidades, estratégia e alocação de recursos, desempenho, perspectiva e base para a apresentação (IIRC, 2014).

Os conceitos fundamentais englobam os capitais utilizados nos modelos de negócio e a criação de valor ao longo do tempo (Cheng, Green, Conradie, Konishi, & Romi, 2014; Nascimento, Rodrigues, Araújo, & Prazeres, 2015).

Os capitais são reservas de valor de uma organização usadas na produção de bens ou serviços, podendo aumentar, diminuir ou transformar conforme a atividades e produtos da organização; são aprimorados, consumidos, modificados ou de outra forma afetados por essas atividades; são independentes entre si mas interagem; são vinculados à geração de valor ao longo do tempo.

Na Estrutura Internacional os capitais são classificados em: financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social e de relacionamento e natural. A Tabela 2 explana cada capital (EY, 2014; IIRC, 2013, 2013b, 2014).



Tabela 2

Capitais do Relato Integrado

Tipo de Capital	Descrição
Capital Financeiro	Recursos disponíveis para o uso de produção de bens ou prestação de serviços, podendo ser obtido por diversas fontes, como por exemplo: empréstimos, capital de subvenções ou gerado por meio de operações ou investimentos.
Capital Manufaturado	Objetos físicos disponíveis na organização para o uso na produção de bens e serviços, como por exemplo: edifícios, equipamentos, infraestrutura.
Capital Intelectual	Intangíveis que criam vantagem competitiva, englobando: propriedades intelectuais, como: patentes, direitos autorais, software, sistemas de informação e outros, centra-se em questões voltadas para o futuro da organização.
Capital Humano	Relações de competência e experiência das pessoas, envolvendo as habilidades e motivações para inovação, incluindo: o alinhamento e apoio para a governança corporativa, gestão de risco e valores éticos, a capacidade de desenvolver e implantar estratégia corporativa e lealdade e motivação para liderar, gerenciar e capacitar equipes e qualificar processos, produtos e serviços.
Capital Social e de Relacionamento	Relações e instituições estabelecidas com as comunidades, partes relacionadas e outros grupos para melhorar o bem estar individual e coletivo, alguns aspectos são: valores e comportamentos comuns e uma licença social para a organização exercer sua atividade operacional.
Capital Natural	Ações ambientais renováveis e não renováveis que fornecem um fluxo de produtos e serviços, sendo que interfere positivamente ou negativamente sobre o capital natural, que inclui: água, terra, minerais, florestas, biodiversidade e outros.

Fonte: IIRC (2013, 2014)

A Estrutura Internacional permite flexibilidade da organização na elaboração do Relato Integrado e comparabilidade com os outros relatórios. Assim, não estabelece métodos de mensuração e divulgação de temas e a estrutura dos relatórios não precisa seguir a classificação dos capitais, apenas dão sustentação teórica para explicar a geração de valor da organização (IIRC, 2013, 2014).

Para alcançar o objetivo do estudo sobre o *disclosure* das informações não financeiras foram considerados os capitais não financeiros, que são: intelectual, humano, social e de relacionamento e natural.

2.2 Evolução dos Estudos sobre Relato Integrado

Os estudos sobre o Relato Integrado estão crescente no ambiente acadêmico sobre diversas percepções tanto no âmbito nacional como no internacional (Dumay, et al. 2016). Os objetivos e resultados de alguns estudos estão relacionadas no Tabela 3.

Tabela 3

Estudos sobre Relato Integrado

Autores e ano	Objetivos e resultados
Frias-Aceituno, Rodrigue-Ariza e Garcia-Sanchez (2013)	Demonstrar a influência exercida pelas características do conselho administrativo em relação a integração das informações nos relatórios, os resultados apontaram que as maiores empresas adotam instrumentos mais amplos, objetivos e comparáveis na divulgação de informação devido a geração de valor e impacto ambiental e social

Continuação - Tabela 3

Estudos sobre Relato Integrado

Autores e ano	Objetivos e resultados
Jensen e Berg (2012)	Analisar as semelhanças e discrepâncias dos relatórios de sustentabilidade e relatos integrados. Os resultados apontaram a existência de diferenças nos relatórios, sendo que a divulgação do Relato Integrado sofre a influência dos sistemas: financeiro, educacional, trabalhista e econômico
Fragalli, Panhoca, González, Almeida, e Costa(2014)	Identificar as restrições e as potencialidades existentes na aplicação do Relato Integrado em uma propriedade rural. Concluiu-se que a visão do Relato Integrado considera as reais preocupações do modelo de negócio, contudo o estudo não conseguiu aplicar formalmente na propriedade rural.
Kussaba (2015)	Analisar como as empresas Itaú Unibanco e a Natura divulgaram os elementos de conteúdo proposto pela Estrutura Conceitual do Relato Integrado nos anos de 2013 e 2014. Os resultados demonstraram que houve uma evolução no processo de geração do Relato Integrado em ambas empresas, destacando a presença de maior divulgação de aspectos positivos em detrimento de aspectos negativos.
Maciel (2015)	Analisar a evolução dos conceitos do Relato Integrado, culminando na divulgação no <i>Framework</i> do IIRC e a aplicação nos relatórios das empresas brasileiras participantes do Projeto Piloto da IIRC nos anos de 2013 e 2014. Os resultados apontaram que as empresas não explicaram de forma clara o processo de geração de valor e a utilização dos capitais pela organização.
Nascimento, Rodrigues, Araújo, e Prazeres (2015)	Analisar o nível de aderência dos indicadores-chave de desempenho (KPIs) dos capitais não financeiros descritos no Relato Integrado nas empresas brasileiras de capital aberto integrantes do segmento Novo Mercado da B3 no ano de 2012. Os resultados apresentaram um nível insatisfatório de aderência aos KPIs dos capitais não financeiros.
Zaro (2015)	Analisar as empresas brasileiras participantes do Projeto Piloto do IIRC na divulgação dos elementos de conteúdo da estrutura conceitual do Relato Integrado no ano de 2013. Os resultados possibilitaram concluir que a divulgação de informações nos relatórios estão se restringindo as exigências do <i>Global Reporting Initiative</i> (GRI) e a necessidade de qualificar as informações em uma gestão de longo prazo.
Silva, Oliveira e Gomes (2016)	Analisar a divulgação dos capitais propostos no Relato Integrado perante a perspectiva do isomorfismo coercitivo, normativo e mimético das empresas brasileiras de capital aberto listadas no Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGCX) da B3 no ano de 2014. Os resultados indicaram que os três tipos de isomorfismo pressionam a divulgação voluntária nas empresas em relação aos capitais apresentados pelo IIRC.
Cardoso, Silva, Alves, e Oliveira (2017a)	Analisar os nível de divulgação dos indicadores-chave de desempenho (KPIs) do capital natural proposto no Relato Integrado para as empresas componentes do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) nos anos de 2013 a 2015. Os resultados apontaram que as empresas estão preocupadas em divulgarem informações sobre a sustentabilidade e o uso responsável de recursos naturais.
Cardoso, Silva e Silva (2017)	Analisar o nível de aderência dos indicadores chaves de desempenho (KPIs) nos capitais: humano e financeiro apresentados no Relato Integrado das instituições bancárias brasileiras nos anos de 2015 e 2016. Os resultados apresentaram bons níveis de divulgação de informações relacionados em ambos capitais.
Albuquerque, Miranda, Rodrigues, e Sampaio (2017)	Analisar a influência do Relato Integrado nos indicadores financeiros das empresas brasileiras participante e não participante do Projeto Piloto do IIRC nos anos de 2010 a 2015. Os resultados constataram que os melhores indicadores financeiros (participação de capital de terceiros, índices de rentabilidade) foram apresentados pelas empresas brasileiras participantes do Projeto Piloto do IIRC.

Fonte: Elaborado pelos autores.



Observa-se a existência de estudos desenvolvidos sobre a aplicação de elementos específicos da Estrutura Internacional do Relato Integrado, como os capitais componentes do relatório, similar ao objetivo do presente estudo. Os estudos de Nascimento, Rodrigues, Araújo, e Prazeres (2015), Silva, Oliveira e Gomes (2016), Cardoso, Silva, Alves, e Oliveira (2017a) e Cardoso et al. (2017) analisaram os capitais não financeiros através dos indicadores-chaves de desempenho (KPIs). No estudo de Nascimento et al. (2015) somente o capital natural apresentou um nível aderência satisfatório aos KPIs e os demais capitais: humano, social e de relacionamento e intelectual apresentou um nível de aderência insatisfatório aos KPIs. No estudo de Silva et al. (2016) os capitais não financeiros apresentaram um bom nível de divulgação. No estudo de Cardoso et al (2017a) o capital natural apresentou um nível aderência satisfatório aos KPIs com uma redução na divulgação das informações do ano de 2013 para o ano de 2015. No estudo de Cardoso et al. (2017) o capital humano apresentou uma variabilidade entre os anos de 2015 e 2016, tendo um bom nível de divulgação das informações não financeiras.

3 Metodologia

Para o alcance do objetivo do estudo de analisar a tendência de divulgação de informações não financeiras com a criação do relato integrado das empresas brasileiras participantes do Projeto Piloto no período de 2013 a 2016, esse estudo se caracteriza em descritiva, documental e quantitativa.

Inicialmente, o estudo considerou as doze empresas brasileiras que aderiram ao Projeto Piloto criado pelo IIRC, conforme apresentado na Tabela 4. O Projeto Piloto foi criado para contribuir com a evolução do relato integrado, sendo que as empresas participantes são pioneiras e proativas na prática de evidenciação de informações não financeiras (IIRC, 2013b, 2013c; Maciel, 2015).

Tabela 4
Empresas Brasileiras Participantes do Projeto Piloto

Empresa	Setor
AES Brasil	Energia
BNDES	Bancos
BRF S.A	Alimentos
CCR S.A	Concessões rodoviárias
CPFL Energia	Energia
Fibria Celulose S.A	Papel e Celulose
Grupo Segurador BB e MAPFRE	Seguradora
Itaú Unibanco	Bancos
Natura	Artigos de uso pessoal
Petrobras S.A.	Combustível
Via Gutenberg	Consultoria
Votorantim	Industrial

Fonte: IIRC (2013 como citado por Maciel,2015)



Os dados foram coletados por meio dos relatórios de sustentabilidade e relato integrado no período de 2013 a 2016 nos *websites* das empresas. A seleção do período não é aleatória, iniciando no ano de 2013 pelo fato da Estrutura Internacional do Relato Integrado ter sido publicado em dezembro de 2013 e a implementação ter ocorrido em 2014 e finaliza em 2016 pela razão de que não houver a divulgação dos relatórios por todas as empresas analisadas no período da coleta de dados, sendo que os dados foram coletados no mês de junho 2018.

Consultou nos *websites* das empresas a disponibilização dos relatórios e não foram encontrados os relatórios do Grupo Segurador Banco do Brasil e da Mapfre e Via Gutenberg que foram excluídas do estudo. Assim, a amostra final é composta por dez empresas.

A obtenção dos dados foi através da análise de conteúdo das informações divulgadas nos relatórios, sendo que o nível de divulgação será medido pelos KPIs. Assumiu-se um *checklist* constituído de 34 KPIs referente aos capitais não financeiro apresentados no documento *Capitals Background Paper for <IR>* elaborado pelo IIRC (2013), relacionados na Tabela 5.

Tabela 5

Indicadores Chaves (KPIs) dos Capitais Não Financeiros

1. Capital Natural	3. Capital Social e de Relacionamento
1.1 Emissões de CO2	3.1 Ranking de "Excelente lugar para trabalhar"
1.2 Consumo de energia por fonte de energia	3.2 Número de voluntários
1.3 Quantidade de resíduos	3.3 Reclamações trabalhistas
1.4 Acidentes Ambientais	3.4 Envolvimento em ações sociais
1.5 Resíduos Reciclados	3.5 Envolvimento em projetos culturais
1.6 Investimento em proteção ambiental	3.6 Índice de satisfação do cliente
1.7 Animais comprados para ensaios	3.7 Provisão para projetos sociais
2. Capital Humano	3.8 "Investimento social" (dinheiro gasto com filantropia)
2.1 Número de empregados	4. Capital Intelectual
2.2 Diversidade	4.1 Número de pedidos de patentes depositadas
2.3 Total de investimento em treinamento	4.2 Dinheiro gasto com P&D
2.4 Empregados em <i>e-learning</i> corporativo	4.3 Número de testes com a nova tecnologia
2.5 Idade média	4.4 Reconhecimento da marca
2.6 Média de dias de formação por colaborador	4.5 Número de novos produtos desenvolvidos
2.7 Resultado da pesquisa com colaboradores	4.6 Despesas com a mudança de desenvolvimento organizacional
2.8 Acidentes por milhões de horas de trabalho	4.7 Despesas com desenvolvimento de software para sistemas internos
2.9 Taxa de absenteísmo	
2.10 Taxa de demissão	4.8 Vendas geradas por produtos originados de P&D
2.11 Relação de salário mínimo	

Fonte: IIRC (2013)

As informações relacionadas aos KPIs foram alcançadas por meio de palavras dos indicadores e sinônimos, sendo que as palavras foram selecionadas através da literatura dos relatórios e baseado no estudo de Nascimento et al. (2015).

Os dados foram analisados por meio da estatística descritiva e aplicação do Índice de Divulgação (ID), sendo que o nível de aderência é representado pelo ID. Os autores Lemos, Ariza e Rodrigues (2009) definem que o ID é obtido através do quociente entre o total de itens divulgados das empresas analisadas e o somatório do total dos itens que constituem o ID.

$$ID_i = \sum_{j=1}^n \frac{e_j}{e}$$

Figura 1

Índice de Divulgação

Fonte: Lemos, Ariza e Rodrigues (2009)

Em que:

ID_i → Índice de Divulgação da empresa i .

e_j → Variável dicotômica, assumindo valor 0, se o indicador j for ausente e assumindo o valor 1, se o indicador j for divulgado.

e → Número máximo de elementos analisados.

Nesse estudo, o ID foi calculado em três situações: primeiramente nos KPIs de cada capital, que são: capital natural (7), capital humano (11), capital social e de relacionamento (8), capital intelectual (8), posteriormente no totalizador dos KPIs de cada capital e no somatório de todos os KPIs de capital não financeiro (34) por empresa.

O resultado do ID varia entre 0 a 1, assim os níveis de divulgação foram apresentados na Tabela 6.

Tabela 6

Níveis de Aderência Considerado no Resultado do Índice de Divulgação

Níveis	ID	Classificação
01	0.75 a 1.0	Bom
02	0.50 a 0.75	Satisfatório
03	0.25 a 0.50	Insatisfatório
04	0.00 a 0.25	Ruim

Fonte: Nascimento et al. (2015)

A classificação do ID foi efetuado de maneira subjetiva, tendo como base o estudo de Nascimento et al. (2015). Adotou-se a classificação em quartis, delineando os quartis extremos, primeiro quartil em um nível ideal de divulgação e o último quartil em um pior nível de divulgação.

4 Análise dos Dados

Para alcançar o objetivo desse estudo, primeiramente, analisou os KPIs que compõem os quatro capitais: capital natural, capital humano, capital social e de relacionamento e capital intelectual. A Tabela 7 apresenta o nível de divulgação das informações não financeiras relacionadas ao capital natural por ano e a média dos anos de 2013 a 2016.

Tabela 7

Nível de Divulgação dos KPIs do Capital Natural

Indicadores Chave-Desempenho (KPI)	2013	2014	2015	2016	ID Médio
	ID	ID	ID	ID	
Emissões de CO ₂	0,60	0,70	0,70	0,80	0,70
Consumo de energia por fonte de energia	0,40	0,40	0,20	0,60	0,40
Quantidade de resíduos	0,50	0,40	0,70	0,80	0,60
Acidentes Ambientais	0,50	0,30	0,30	0,50	0,40
Resíduos Reciclados	0,80	0,50	0,60	0,80	0,68
Investimento em proteção ambiental	0,70	0,50	0,50	0,60	0,58
Animais comprados para ensaios	0,10	-	-	0,10	0,05
Média de divulgação	0,51	0,40	0,43	0,60	0,49

Fonte: Dados da pesquisa

O nível médio de divulgação dos indicadores-chaves no capital natural se caracteriza como insatisfatório, sendo que os KPIs com maior aderência foram: emissões de CO₂, resíduos reciclados e quantidade de resíduos. Observa-se que o KPI emissões de CO₂, foi o único indicador que apresentou uma tendência de crescimento ao longo dos anos, assim coincidindo com o resultado do estudo de Cardoso et al. (2017a). O KPI animais comprados para ensaios, apresentou menor grau de divulgação sendo evidenciado nos anos de 2013 e 2016, a Natura foi a única empresa a divulgar esse indicador-chave, corroborando com os achados de Nascimento et al. (2015) e Cardoso et al. (2017a).

Alguns KPIs são similares aos indicadores de aspecto ambiental relatados nas diretrizes para o relato de sustentabilidade do Global Reporting Initiative (GRI, 2015), sendo eles: emissões de CO₂, consumo de energia por fonte de energia, quantidade de resíduos, resíduos reciclados, investimento em proteção ambiental e de forma indireta acidentes ambientais pelo indicador do GRI, número e volume total de derramamento significativos, sendo que tal KPI pode ser divulgado nos relatórios financeiros, como: provisões e passivos contingentes de natureza ambiental, deste modo os relatórios estruturados com base nos indicadores relatados nas diretrizes do GRI possuem maior nível de divulgação de informações não financeiras referente ao capital natural.

As empresas que mais divulgam em média informações não financeiras sobre o Capital Natural são BRF, CPFL e Petrobras, respectivamente com 78%, 75% e 60% de aderência aos KPIs nos relatórios nos anos de 2013 a 2016. A Natura é a empresa que mais divulgou em 2013 e 2016 com 100% de aderência aos KPIs, em 2014 é BRF com 85,71% de aderência aos KPIs e em 2015 é a Petrobras com 85,71% de aderência aos KPIs.



A Tabela 8 apresenta o nível de divulgação das informações não financeiras relacionadas ao capital humano por ano e a média dos anos de 2013 a 2016.

Tabela 8

Nível de Divulgação dos KPIs do Capital Humano

Indicadores Chave-Desempenho (KPI)	2013	2014	2015	2016	ID Médio
	ID	ID	ID	ID	
Número de empregados	1,00	0,90	0,80	1,00	0,95
Diversidade	0,80	0,80	0,70	0,90	0,83
Total de investimento em treinamento	0,50	0,40	0,50	0,70	0,55
Empregados em <i>e-learning</i> corporativo	0,40	0,50	0,20	0,80	0,48
Idade média	0,10	0,10	-	-	0,05
Média de dias de formação por colaborador	-	-	-	-	-
Resultado da pesquisa com colaboradores	0,50	0,50	0,40	0,40	0,45
Acidentes por milhões de horas de trabalho	0,40	0,40	0,20	0,50	0,38
Taxa de absenteísmo	0,50	0,50	0,40	0,70	0,53
Taxa de demissão	0,40	0,60	0,40	0,50	0,48
Relação de salário mínimo	0,40	0,20	0,20	0,30	0,28
Média de divulgação	0,45	0,45	0,37	0,53	0,45

Fonte: Dados da pesquisa

O nível médio de divulgação dos indicadores-chaves do capital humano se caracteriza em insatisfatório, ressalta-se o KPI número de empregados com o maior nível de divulgação, sendo literalmente divulgado por todas as empresas, condizendo com o estudo de Nascimento et al. (2015).

Não houve divulgação do KPI média de dias de formação por colaborador, devido ao fato da maioria das empresas apresentarem esse indicador no formato de quantidade de horas médias por colaborador coincidindo com o indicador “G4-LA9 – Número médio de horas de treinamento por ano por empregado, discriminado por gênero e categoria funcional” apresentado nas diretrizes do GRI (2015) e o KPI idade média, foi divulgado apenas pela empresa Fibria nos anos de 2013 e 2014. Os resultados apontados sobre os indicadores: média de dias de formação por colaborador e idade média contrapõe o resultado de Nascimento et al. (2015) que apontou sendo um indicador de boa divulgação.

No capital humano observa-se situação similar em relação ao nível de divulgação quando relacionados aos indicadores do GRI apontado no capital natural, alguns KPIs semelhantes são: número de empregados, diversidade, acidentes por milhões de horas de trabalho, taxa de absenteísmo, taxa de demissão e relação de salário mínimo.

As empresas que mais divulgam informações não financeiras em média sobre o capital humano são BRF e CPFL, respectivamente com 77,27% e 63,64% de aderência aos KPIs nos relatórios nos anos de 2013 a 2016. O maior nível de divulgação em 2013 foi da BRF e da Natura que divulgaram 81,82% dos KPIs, em 2014 foi a BRF, a CPFL e o Itaú Unibanco que divulgaram 72,73% dos KPIs, em 2015 é a BRF que divulgou 81,82% dos KPIs e em 2016 foi a BRF e a Natura que divulgaram 72,73% dos KPIs.



Os índices de divulgação das informações não financeiras referentes ao capital social e de relacionamento estão apresentados na Tabela 9 por ano e a média dos anos de 2013 a 2016.

Tabela 9

Nível de Divulgação dos KPIs do Capital Social e de Relacionamento

Indicadores Chave-Desempenho (KPI)	2013	2014	2015	2016	ID Médio
	ID	ID	ID	ID	
Ranking de "Excelente lugar para trabalhar"	0,40	0,30	0,20	0,20	0,28
Número de voluntários	0,10	-	0,10	0,40	0,15
Reclamações trabalhistas	0,40	0,40	0,10	0,30	0,30
Envolvimento em ações sociais	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Envolvimento em projetos culturais	0,70	0,50	0,50	0,60	0,58
Índice de satisfação do cliente	0,50	0,60	0,70	0,60	0,60
Provisão para projetos sociais	0,70	0,50	0,50	0,80	0,63
"Investimento social" (dinheiro gasto com filantropia)	1,00	0,90	0,80	0,80	0,88
Média de divulgação	0,60	0,53	0,49	0,59	0,55

Fonte: Dados da pesquisa

O nível médio de divulgação dos indicadores-chaves no capital social e de relacionamento se caracteriza em insatisfatório, destaca-se que os KPIs mais divulgados foram: envolvimento em ações sociais e investimento social (dinheiro gasto com filantropia), ambos indicadores foram divulgados por todos as empresas em 2013. Ressalta-se que o KPI, envolvimento em ações sociais, permaneceu no nível de divulgação nos anos de 2014 a 2016, sendo o melhor indicador divulgado pelas empresas, corroborando com os resultados de Silva et al. (2016). Já os KPIs, investimento social (dinheiro gasto com filantropia) e ranking de excelente lugar para trabalhar, apresentou uma tendência de queda ao longo dos anos.

Nota-se que houve uma variação dos indicadores nos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016, no qual o ano de 2013 houve a maior aderência dos KPIs nesse capital, sendo que a maioria dos indicadores, exceto pelos: envolvimento em ações sociais, índice de satisfação com cliente e "Investimento social" (dinheiro gasto com filantropia)", teve um decréscimo nos anos de 2014 ou 2015.

No Capital Social e de Relacionamento apresenta similaridade em relação ao nível de divulgação em relação aos indicadores do GRI conforme destacado nos Capital Natural e Capital Humano. Os KPIs semelhante aos indicadores descritos na diretrizes do GRI são o índice de satisfação e reclamações trabalhista, no qual o último pode ser divulgado nos relatórios financeiros, como: provisões e passivos contingentes de natureza trabalhista.

As empresas que mais divulgam informações não financeiras em média sobre o Capital Social e de Relacionamento são a Natura e a CPFL, respectivamente com 71,87% e 65,62% de aderência aos KPIs nos relatórios nos anos de 2013 a 2016. O maior nível de divulgação em 2013 é a CPFL e a Natura que divulgaram 87,50 % dos KPIs, em 2014 é a CPFL que divulgou 75% dos KPIs, em 2015 é a Natura e a Petrobras que divulgaram 62,50% dos KPIs e em 2016 é o Itaú Unibanco que divulgou 87,550% dos KPIs.



A Tabela 10 apresenta os níveis de divulgação das informações não financeiras do Capital Intelectual por ano e a média dos anos de 2013 a 2016.

Tabela 10

Nível de Divulgação dos KPIs do Capital Intelectual

Indicadores Chave-Desempenho (KPI)	2013	2014	2015	2016	ID Médio
	ID	ID	ID	ID	
Número de pedidos de patentes depositadas	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20
Dinheiro gasto com P&D	0,80	0,80	0,70	0,70	0,75
Número de testes com a nova tecnologia	0,20	0,30	0,10	0,10	0,18
Reconhecimento da marca	0,70	0,80	0,80	0,70	0,75
Número de novos produtos desenvolvidos	0,40	0,50	0,30	0,40	0,40
Despesas com a mudança de desenvolvimento organizacional	-	-	-	-	-
Despesas com desenvolvimento de software para sistemas internos	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10
Vendas geradas por produtos originados de P&D	0,10	0,20	0,10	0,10	0,13
Média de divulgação	0,31	0,36	0,29	0,29	0,31

Fonte: Dados da pesquisa.

O nível médio de divulgação dos indicadores-chaves do capital intelectual se caracteriza em insatisfatório, sendo que os KPIs: dinheiro gasto com P&D e reconhecimento da marca foram os que obtiveram o maior nível de divulgação nos relatórios, resultado similar com o estudo de Silva et al. (2016).

O KPI, despesas com desenvolvimento de *softwares* para sistemas internos, foi divulgado somente pelo Itaú Unibanco. Já o KPI, despesas com a mudança de desenvolvimento organizacional, não foi divulgado por nenhuma empresa, observando-se que nos relatórios a afirmação sobre mudança no desenvolvimento organizacional, contudo não informaram o custo gerado por tais mudanças, assim divergindo com o resultado apontado por Silva et al. (2016) em que esse indicador apresentou uma boa tendência de divulgação nos relatórios.

De maneira geral, os KPIs do capital intelectual foram menos divulgados comparados aos KPIs dos outros capitais, percebendo que o capital intelectual não possuem relação com os indicadores descritos nas diretrizes do GRI.

As empresas que mais divulgaram informações não financeiras sobre o Capital Intelectual são a Natura e a Petrobras, com respectivamente 47% e 41% de aderência média aos KPIs nos relatórios nos anos de 2013 a 2016, sendo que o maior nível de divulgação em 2013 é a Votorantim que divulgou 62,50% dos KPIs, em 2014 é o Itaú Unibanco que divulgou 62,50% dos KPIs, em 2015 é a Natura que divulgou 50% dos KPIs e em 2016 são a Natura e a Petrobras divulgaram 50% dos KPIs.

A Tabela 11 apresenta a visão geral nos níveis de divulgação dos Capitais não financeiros.



Tabela 11

Níveis de Divulgação dos Capitais Não Financeiros

Capital Não Financeiro	2013	2014	2015	2016	ID Médio	Classificação
	ID	ID	ID	ID		
Capital Natural	0,51	0,40	0,43	0,60	0,49	Insatisfatório
Capital Humano	0,45	0,45	0,37	0,53	0,45	Insatisfatório
Capital Social	0,60	0,53	0,49	0,59	0,55	Satisfatório
Capital Intelectual	0,31	0,36	0,29	0,29	0,31	Insatisfatório
Média de divulgação	0,47	0,43	0,39	0,50	0,45	Insatisfatório

Fonte: Dados da pesquisa

Os capitais apresentaram uma nível insatisfatório de divulgação, em exceção o capital social e de relacionamento que apresentou um nível satisfatório de divulgação.

De forma geral, houve uma variação na divulgação dos indicadores-chaves dos capitais não financeiros nos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016, sendo que o capital natural e capital humano, nos anos de 2014 e 2015 tem um decréscimo na divulgação de todos os KPIs, similar ao resultado do estudo de Cardoso et al. (2017a). No ano de 2016 houve a maior aderência dos KPIs. Já no capital social e de relacionamento e no capital intelectual a maior divulgação dos KPIs foram respectivamente em 2013 e 2014.

A Tabela 12 demonstra o nível do *disclosure* das informações não financeiras das empresas participantes do Projeto Piloto.

Tabela 12

Nível de *Disclosure* dos Capitais Não Financeiros das Empresas Participantes do Projeto Piloto

Empresas	2013	2014	2015	2016	ID Médio	Classificação
	ID	ID	ID	ID		
AES Brasil	0,38	0,21	0,18	0,29	0,26	Insatisfatório
BNDES	0,29	0,38	0,38	0,38	0,36	Insatisfatório
BRF	0,62	0,59	0,62	0,56	0,60	Satisfatório
CCR	0,18	0,18	0,29	0,53	0,29	Insatisfatório
CPFL	0,56	0,65	0,50	0,53	0,56	Satisfatório
Fibria	0,50	0,59	0,50	0,38	0,49	Insatisfatório
Itaú Unibanco	0,26	0,53	0,41	0,50	0,43	Insatisfatório
Natura	0,79	0,29	0,32	0,74	0,54	Satisfatório
Petrobras	0,47	0,53	0,50	0,56	0,51	Satisfatório
Votorantim	0,62	0,38	0,21	0,53	0,43	Insatisfatório
Média de divulgação	0,47	0,43	0,39	0,50	0,45	Insatisfatório

Fonte: Dados da pesquisa

De maneira geral, o nível médio de divulgação das empresas caracteriza se em insatisfatório, sendo que aproximadamente 40% das empresas apresentaram o nível de divulgação satisfatório, que foram: a BRF, a CPFL, a Natura e a Petrobras e cerca de 60% das



empresas apresentaram o nível de divulgação insatisfatório, que foram: a AES Brasil, o BNDES, a CCR, a Fibria, o Itaú Unibanco e a Votorantim.

A BRF, CPFL, Natura e Petrobras são as empresas que mais divulgam informações não financeiras nos seus relatórios, contudo nenhuma empresa divulgou todos os indicadores-chaves. Destaca-se o nível do *disclosure* das informações nos relatórios do Itaú Unibanco e da CCR que apresentam tendência de crescimento no nível de divulgação, sendo que o Itaú Unibanco em 2013 não divulgou nenhum KPI relacionado ao capital natural e nos outros anos houve uma progressão na aderência.

Partindo dos índices de divulgação obtidos por meio dos KPIs dos capitais não financeiros nos relatórios corporativos, notamos que não houve uma evolução progressiva no *disclosure* das informações não financeiras, ressalta-se que 2014 foi criado os primeiros relatórios baseados na Estrutura Internacional do Relato Integrado e coincidentemente que nesse ano todos os capitais houve uma redução no *disclosure* dos KPIs, ou seja, diminuição na divulgação das informações não financeiras e em 2014 percebe se que muitas empresas não seguiram os indicadores do GRI ao longo dos relatórios.

5 Conclusão

O objetivo do estudo sobre averiguação das mudanças na evidenciação das informações não financeiros com a criação da Estrutura Internacional do Relato Integrado em 2014 foi alcançado por meio da estatística descritiva e o índice de divulgação KPIs.

Os resultados indicam que não existe uma tendência de crescimento nos níveis de *disclosure* nas informações não financeiras nos anos de 2013 a 2015 e somente no ano de 2016 apresenta um crescimento na divulgação das informações não financeiras. De maneira geral, em 2013 houve a divulgação de 47% dos KPIs dos capitais não financeiros, já em 2014 e 2015 houve uma redução na divulgação, respectivamente 44% e 38% dos KPIs dos capitais não financeiros foram aderidos e em 2016 houve um aumento na divulgação, tendo uma adesão de 50% dos KPIs das informações não financeiras. Todos os capitais, exceto no Capital Intelectual, houve uma redução na divulgação das informações no ano de 2014, quando os primeiros Relatos Integrados foram divulgados seguindo as diretrizes da Estrutura Internacional e somente no ano 2016 percebe se uma melhora na divulgação das informações não financeiras.

Percebe-se que os maiores níveis de aderência ocorrem nos relatórios elaborados sob diretrizes do GRI, sendo que a flexibilidade permitida pela Estrutura Internacional Relato Integrado pode ser relacionada com as decisões corporativas sobre o *disclosure* para os *stakeholders*. Assim corroborando com a Teoria de Divulgação Voluntária, em que o *disclosure* é tratado como um fato endógeno, a administração que toma a decisão de divulgar uma informação ou não (Salotti & Yamamoto, 2005; Verrecchia, 2001).

O IIRC delinea o Relato Integrado a evolução dos relatórios corporativos, tendo o objetivo de qualificar as informações financeiras e não financeiras divulgadas pelas empresas, visto que as informações contidas no relato integrado deve fluir de forma coerente ao longo do relatório. De certa forma, o objetivo do Relato Integrado não está sendo completamente alcançado principalmente pelas empresas participantes do Projeto Piloto do IIRC, a flexibilidade na elaboração do Relato Integrado dificulta que os *stakeholders* comparem as informações contidas no relatórios ao longo dos anos e entre as empresas do mercado.



O Relato Integrado deve unificar as informações dos relatórios elaborados sobre as diretrizes GRI e as demonstrações financeiras, assim alcançando o objetivo do Relato Integrado de expor o conteúdo de forma coerente e concisa, alinhando as informações de múltiplas fontes de capitais divulgando as informações por meio dos KPIs de forma narrativa ou monetária (Adams & Simnett, 2011; Carvalho, 2013; Carvalho & Kassai, 2014; IIRC, 2013, 2014; Perez Junior, Oliveira Neto, & Silva, 2014). Em alguns relatórios as informações relacionadas aos capitais não estão coesas e claras ao transcorrer do Relato Integrado, havendo a inexistência de conexão entre as informações, observando na composição de alguns relatórios são anexados as demonstrações financeiras e a disponibilização dos indicadores da diretrizes do GRI nos websites ou anexados no final do relatório.

As limitações desta pesquisa se concentraram na dificuldade na análise dos relatórios, principalmente pelo fato do estudo ser em painel de tempo e os relatórios não possuir um padrão de divulgação. Contudo isso não limitou o alcance dos objetivos do estudo. Ainda, os resultados do presente estudo não podem ser generalizados pois são referentes apenas a uma amostra específica, para as empresas participantes do Projeto Piloto do IIRC. Assim, esse estudo contribui para a evolução dos relatos integrados divulgados no Brasil principalmente com a criação da Estrutura Internacional em 2014. Recomenda-se para estudos futuros focar no *value relevance* das informações não financeiras e no valor das empresas que aderem ao Relato Integrado.

Referências

- Albuquerque, J. R., Miranda, L. C., Rodriguês, R. N., & Sampaio, Y. S. B. (2017). Influência da divulgação do relato integrado nos indicadores econômico-financeiros: uma análise comparativa do desempenho de empresas participantes e não participantes do Projeto Piloto do IIRC no Brasil. *Revista de Contabilidade da UFBA*, 11(3), pp. 189–211.
- Adams, S., & Simnett, R. (2011). Integrated Reporting: An Opportunity for Australia's Not-for-Profit Sector. *Australian Accounting Review*, 21(3), pp. 292–301.
- Bertomeu, J., & Magee, R. P. (2015). Mandatory disclosure and asymmetry in financial reporting. *Journal of Accounting and Economics*, 59(2–3), pp. 284–299.
- Cardoso, C., Silva, L. M., & Silva, R. P. A. (2017). Relato integrado: Divulgação dos Capitais Humano e Financeiro em instituições bancárias sob a ótica da Teoria da Sinalização. Anais do *Congresso Brasileiro de Custos*, Florianópolis, SC, Brasil, 24.
- Cardoso, C., Silva, R. P. A., Alves, I. J. B. da R., & Oliveira, K. P. S. de. (2017a). Indicadores de Capital Natural das empresas listadas na BM&FBovespa pertencentes ao Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE): uma evidência desde o Relato integrado. Anais do *Congresso Brasileiro de Custos*, Florianópolis, SC, Brasil, 24.
- Carvalho, L. N. (2013). Relatórios empresariais: *Ideia Sustentável*, 33. Recuperado de <http://www.ideiasustentavel.com.br/relatorios-empresariais-uma-agenda-que-se-renova/>.
- Carvalho, L. N., & Kassai, J. R. (2014). A Nova Revolução Contábil Relato Integrado. *Revista Fipecafi*, 1, pp. 21–34.



- Cheng, M., Green, W., Conradie, P., Konishi, N., & Romi, A. (2014). The International Integrated Reporting Framework: Key Issues and Future Research Opportunities. *Journal of International Financial Management & Accounting*, 25.
- Cunha, J. V. A., & Ribeiro, M. S. (2006). Divulgação Voluntária de Informações de Natureza Social: um estudo nas empresas brasileiras. *Anais do Encontro do ANPAD*, Salvador, BA, Brasil, 30.
- Daub, C. H. (2007). Assessing the quality of sustainability reporting: an alternative methodological approach. *Journal of Cleaner Production*, 15(1), pp. 75–85.
- Dumay, J., Bernardi, C., Guthrie, J., & Demartini, P. (2016). Integrated reporting: A structured literature review. *Accounting Forum*, 40(3), pp. 166–185.
- Dye, R. A. (2001). An evaluation of “essays on disclosure” and the disclosure literature in accounting. *Journal of Accounting and Economics*, 32(1–3), pp. 181–235.
- Eccles, R. G., & Krzus, M. P. (2011). *Relatório único: divulgação integrada para uma estratégia sustentável*. São Paulo: Saint Paul Editora.
- EY (2014). Relato Integrado: pensamento estratégico e valor compartilhado. Recuperado 10 de junho de 2018, de [https://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/Relato_Integrado_2014/\\$FILE/RelatoIntegrado_WEB.pdf](https://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/Relato_Integrado_2014/$FILE/RelatoIntegrado_WEB.pdf).
- Fragalli, A. C., Panhoca, L., González, A. D., Almeida, L. B. de, & Costa, M. C. (2014). Relato Integrado de uma propriedade agrícola: um estudo de caso com base no Framework do International Integrated Reporting Council (IIRC). *Anais do Congresso Brasileiro de Custos*, Natal, RN, Brasil, 21.
- Frias-Aceituno, J. V., Rodriguez-Ariza, L., & Garcia-Sanchez, I. M. (2013). The role of the board in the dissemination of integrated corporate social reporting. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 20(4), pp.219–233.
- Girão, L. P. A. P., Silva, G. C. P., & Silva, G. S. (2017). Disclosure Voluntário Via Redes Sociais das Empresas Listadas no IBRX100. *Anais do Congresso USP Controladoria e Contabilidade*, São Paulo, SP, Brasil, 17.
- Gray, R., & Bebbington, J. (2000). Environmental accounting, managerialism and sustainability: Is the planet safe in the hands of business and accounting? *Advances in Environmental Accounting and Management*, 1, pp. 1–44.
- Global Reporting Initiative. (2015). *G4 Diretrizes para relato de sustentabilidade: princípios para relato e conteúdo padrão*. Amsterdam: GRI.
- International Integrated Reporting Council. (2011). *Towards integrated reporting: communicating value in the 21st Century*. Recuperado 1 de junho de 2018, de http://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2011/09/IR-Discussion-Paper-2011_spreads.pdf
- International Integrated Reporting Council. (2013). *Capitals background paper for <IR>*. Recuperado 5 de maio de 2018 de <http://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2013/03/IR-Background-Paper-Capitals.pdf>



- International Integrated Reporting Council. (2013b). *Value creation: background paper for <IR>*. Recuperado 9 de maio de 2018 de <http://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2013/08/Background-Paper-Value-Creation.pdf>
- International Integrated Reporting Council. (2013c). *IIRC Pilot Programme Business Network*. Recuperado 2 de junho de 2018, de <http://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2013/11/IIRC-Pilot-Programme-Business-Network-background-October-2013.pdf>
- International Integrated Reporting Council. (2014). *A Estrutura Internacional para Relato Integrado*. Recuperado 20 de abril de 2018, de <http://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2015/03/13-12-08-THE-INTERNATIONAL-IR-FRAMEWORK-Portuguese-final-1.pdf>
- Jensen, J. C., & Berg, N. (2012). Determinants of Traditional Sustainability Reporting Versus Integrated Reporting. An Institutional Approach. *Business Strategy and the Environment*, 21(5), pp. 299–316.
- Kussaba, C. T. (2015). *Análise dos elementos de conteúdo do relato integrado: Itaú Unibanco e Natura - 2013 e 2014*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Lemos, K. M., Rodrigues, L. L., & Ariza, L. R. (2009). Determinantes do nível de divulgação de informação sobre instrumentos derivados. Evidência empírica no mercado de capitais português. *Revista de Estudos Politécnicos*, VII(12), pp. 145–175.
- Maciel, P. A. (2015). *Relato Integrado: Análise da evolução da estrutura conceitual e sua aplicação nos relatórios das empresas no Brasil*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Murcia, F. D., & Santos, A. (2009). Fatores determinantes do nível de disclosure voluntário das companhias abertas no Brasil. *REPEC - Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 3(2), pp.72–95.
- Nascimento, M. C., Rodrigues, R. N., Araújo, J. G., & Prazeres, R. V. dos. (2015). Relato Integrado: Uma Análise do Nível de Aderência das Empresas do Novo Mercado aos Indicadores-Chave (KPIs) dos Capitais Não Financeiros. *Anais do Congresso USP Controladoria e Contabilidade*, São Paulo, SP, Brasil, 15.
- Novelini, C. P., & Fregonesi, M. S. F. A. (2013). Análise da divulgação de informações sobre investimentos sociais por empresas que se declaram socialmente responsáveis. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 7(17), pp. 85–97.
- Oliveira, M. C., Araújo Junior, J. F., Oliveira, O. V., & Ponte, V. M. R. (2012). Disclosure social de empresas brasileiras e britânicas à luz da Teoria Institucional. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 5(1), pp. 2–26.
- Perez Junior, J.H.; Oliviera Neto, R.; Silva, C.A.S. (2014) *Relatório Integrado – Integração entre as informações financeiras, de sustentabilidade e de governança em relatórios corporativos*. São Paulo: Atlas.
- Salotti, B. M., & Yamamoto, M. M. (2005). Ensaio Sobre a Teoria da Divulgação. *Brazilian Business Review*, 2(1), pp. 53–70.



4^o CONGRESSO UnB
DE CONTABILIDADE
E GOVERNANÇA

1^o Congresso de
Iniciação Científica
CCGUnB^{1C}

De 28 a 30 de Novembro de 2018 - BRASÍLIA, DF

- Salotti, B. M., & Yamamoto, M. M. (2008). Divulgação voluntária da demonstração dos fluxos de caixa no mercado de capitais Brasileiro. *Revista Contabilidade & Finanças*, 19(48), pp. 37–49.
- Seabra, L. (2015) Ser sustentável é melhor que remediar. *Valor Econômico*. Recuperado em 10 de maio de 2018 de <https://www.valor.com.br/financas/4372454/ser-sustentavel-e-melhor-que-remediar> .
- Silva, D. S. de C., Oliveira, M. C., & Gomes, C. A. S. (2016). Relato Integrado: Divulgação dos Capitais segundo o Isomorfismo Institucional. *Anais do Encontro da ANPAD*, Costa do Sauípe, BA, Brasil, 40.
- Silva, T. A. da, Slewinski, E., Sanches, S. L. R., & Moraes, R. D. O. (2015). Teoria da Divulgação na Perspectiva da Economia da Informação: Possibilidade de Novos Estudos? *Anais do Congresso USP Controladoria e Contabilidade*, São Paulo, SP, Brasil, 15.
- Silva, T. L. Da, Alberton, L., & Vicente, E. F. R. (2013). Práticas de Disclosure Voluntário das Empresas do Setor Elétrico: Uma Análise a Partir do Modelo de Murcia. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 12(35), pp. 48–62.
- Verrecchia, R. E. (2001). Essays on disclosure. *Journal of Accounting and Economics*, 32(1–3), pp. 97–180.
- Zaro, E. S. (2015) Análise comparativa de relatos integrados das empresas brasileiras a luz da estrutura conceitual. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.

